

Boletim No. 18 – 15 de Janeiro de 2021

Precisamos vacinar!! E quanto mais, melhor!!!!

Pela descentralização e desburocratização da vacinação em Campinas

1. Introdução

Ao que tudo indica, depois de muito atraso (são aproximadamente 50 países no mundo que já estão vacinando), inicia-se a vacinação contra Covid 19 no Brasil, em São Paulo e em Campinas. **Infelizmente no nosso estado e, por conseguinte em Campinas, ainda não dá para se afirmar com certeza em que data se inicia, dado que há duas anunciadas, em dois planos diferentes.**

Segundo o **governo federal** deve se iniciar em **20 de janeiro**, mas para o **Plano Estadual de Imunização**, anunciado pelo Governador do Estado aos prefeitos em 6 de janeiro, o dia “D” será **o 25 deste mês**. De fato as datas são incertas, ainda mais porque, não nos esqueçamos, sequer temos vacinas registradas, ainda que emergencialmente, na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), órgão responsável pela liberação de medicamentos, imunobiológicos, agrotóxicos, entre outros para uso no território nacional. Neste momento a CoronaVac, da chinesa Sinovac em parceria com o Instituto Butantan, e a vacina do laboratório britânico AstraZeneca com a universidade de Oxford em parceria com a Fiocruz estão em análise pela Agência. Esse imbróglio é fruto da **guerra da vacina entre o governador de São Paulo e o presidente**, na qual disputam a primazia pela vacina, pelo início da vacinação, enfim pelo capital eleitoral dos vários números e declarações sobre ela.

2. Em Campinas

O governo municipal da cidade anunciou o início da sua campanha de vacinação, acompanhando o calendário do Ministério da Saúde, definido para **começar em 20 de janeiro**.

Em 14 de janeiro o prefeito municipal, em entrevista coletiva, detalhou como ocorrerá. Serão **“cinco centros de imunização na 1ª etapa**, cada um deles com capacidade para aplicar diariamente até 1 mil doses”. Nesta transmissão por redes sociais, ele reiterou que a **meta é vacinar 209,3 mil pessoas**, começando pelos profissionais da saúde que atuam na linha de frente contra o novo Coronavírus e reforçou que há necessidade de **agendamento prévio** “pelo site da prefeitura, pelo 160 e pelo centro de saúde de referência” e **“o cronograma de aplicação por grupos depende da quantidade de doses recebidas pelo município”**.

“As doses em Campinas serão aplicadas em cinco centros de imunização, distribuídos em diferentes regiões, dos quais quatro já estão definidos. Elas ficarão **armazenadas em almoxarifados e em todos eles haverá reforço na segurança pela Guarda e Polícia Militar**”. Os centros de imunização estarão localizados:

- No Centro de Vivência do Idoso (Parque Taquaral)
- No Clube Círculo Militar de Campinas
- Na Escola Municipal Caic Vila União
- No Naed Noroeste e
- Na região Sul ainda está em negociação, mas deve ser próximo ao Hospital Mário Gatti.

Já os **horários de aplicação** acontecerão de segunda a sexta, das 8h às 22h; sábado, domingo e feriado, das 8h às 18h.

Também serão enviadas doses para **20 hospitais que têm estrutura para realizar as aplicações nos funcionários**. Segundo a prefeitura **“a medida ajuda a evitar a possibilidade de aglomeração nos locais de vacinação”**.



3. Nossa análise:

Nós, trabalhadores (as) e usuários (as) da Secretaria Executiva do Conselho, ouvindo outros (as) trabalhadores (as) e usuários (as), conselheiros (as) ou não, consideramos **equivocadas as duas decisões da Prefeitura e da Secretaria de Saúde de centralizar em apenas 5 pontos os locais de vacinação e o agendamento prévio**.

Sabe-se que, independente da vacina que se vá usar nessa campanha (supõe-se que no Estado de São Paulo seja a Coronavac, mas, diante de tantas incertezas, é temerário, a essa altura, afirmar isto), **precisamos atingir altas coberturas vacinais** para que, junto com as outras medidas preventivas, possa se mitigar e, talvez, debelar de vez tão terrível calamidade. Não será ampliando as **dificuldades de acesso**, a que a população está submetida há muito, que tal objetivo será atingindo.

Consideramos que são elementos que trazem mais dificuldades à vacinação na cidade e que se somam à guerra da vacina, até então restrita aos governos federal e estadual.

Toda essa guerra tem um grande perdedor – a população brasileira, que vive um momento de recrudescimento importante do número de casos e de mortes, em números que se aproximam do pior momento da pandemia, vivido em meados do ano passado. Cada vez menos são utilizados os meios de prevenção, diminuindo a olhos vistos o número de pessoas com máscaras e aumentando as aglomerações. O discurso dos governantes em geral se escora na espera da vacinação e não frisam que essa, ainda tão incerta no Brasil, é apenas um dos instrumentos de prevenção, sendo necessário por muito tempo o isolamento social, a testagem em massa, higiene das mãos e uso de máscaras.

A pesquisa Datafolha realizada em 4 capitais, divulgada em 12 de novembro de 2020 mostrava que **crece o número de pessoas que não quer ser vacinada contra a Covid**. Ao todo, 22% dos entrevistados disseram que não pretendem se vacinar. Esse número era de apenas 9% em pesquisa semelhante realizada pelo instituto em agosto do ano passado. A pesquisa mostrou ainda que 50% da população não pretendia tomar a vacina se esta fosse desenvolvida pela China, mostrando o **prejuízo decorrente da guerra e politização de um tema tão importante como esse**.



Pois bem, **Campinas**, longe de aprender a lição, o plano municipal pretende contribuir com a sua parte, centralizando e burocratizando o acesso à vacina, reduzindo as possibilidades de uma alta cobertura e punindo ainda mais aqueles (as) que mais sofrem e morrem com a pandemia.

Não podemos compreender como esse esquema anunciado poderá contribuir para se alcançar a **pretendida cobertura vacinal, que deveria se aproximar dos 100%**.

A rede de **atenção primária de Campinas**, embora insuficiente para toda a cidade, é **capilarizada** por todos os territórios e acumula mais de **30 anos de experiência** em realizar campanhas de vacinas. Essa estrutura deveria estar sendo colocada a serviço da população, facilitando o acesso, particularmente dos mais vulneráveis e dos mais idosos, justamente

aqueles (as) que correm mais riscos e tem mais de dificuldades para acessar os centros de vacinação. **Embora a Secretaria os anuncie como pontos de fácil acesso, isso só é verdadeiro para a classe média em seus veículos particulares. Os mais pobres e miseráveis precisarão circular em ônibus sabidamente lotados, aumentando o risco de contaminação daqueles (as) que mais precisamos proteger.**

Uma das alegações, ao que se sabe, da Secretaria de Saúde para centralizar a vacinação é **garantir a segurança das vacinas e trabalhadores (as)**, supondo que haverá tumultos com a possibilidade de vandalismos, roubos e agressões a trabalhadores (as). De fato, não devemos desprezar tais possibilidades, mas **o risco se mantém nos locais centralizados**, pois estes são muito atrativos para ladrões ou quem tem interesse em tumultuar, especialmente os que atuam organizadamente, de forma que de **um único golpe podem alcançar seus objetivos**, sejam eles o roubo ou impedir que a vacinação ocorra. Além disso, **o próprio Governador garantiu** ao anunciar o Plano Estadual de Imunização que **serão mobilizados policiais militares em número suficiente para priorizar a segurança dos locais de vacinação**. Ademais temos uma **guarda municipal, cuja função precípua é guardar os próprios municipais**. Esse é um **bom momento para que se cumpra essa missão**. Assim, a atuação dos órgãos de segurança, utilizando-se de sua estrutura e inteligência, não ratificaria a concepção de que não é possível **garantir a segurança dos Centros de Saúde e outros locais de vacinação, que, afinal de contas, são aqueles que atuam cotidianamente prestando serviços nas diferentes localidades de Campinas**.

Por outro lado, não se pode desprezar o papel da comunicação e do vínculo como fatores que contribuem na prevenção de violência, pelo menos daquela de pacientes insatisfeitos. **Essa insatisfação, que aumentará por toda essa burocratização, reduzir-se-ia nas unidades onde os usuários estão vinculados**. Caberia a uma boa estratégia de comunicação melhorar a aceitação da vacina e melhorar a cobertura. Não queremos romantizar essa tarefa e exigimos trabalho profissional na área, mas se **os (as) trabalhadores dos Centros de Saúde estivessem envolvidos**, com a criatividade que lhes é própria, desenvolvidas em anos de lide com vacinações, **poderiam estar, criativamente estimulando a adesão a vacina, reduzindo agressões e, de quebra, contribuindo para maior cobertura vacinal**.

Outra alegação é a de evitar aglomerações. Daí a centralização com agendamento.

A descentralização é tão importante que **até a Secretaria de Estado da Saúde, que não se**

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

caracteriza por defesa enfática da atenção primária, reconhece essa importância e o papel que pode desempenhar os centros de saúde. No seu plano fomos informados que a Secretaria Estadual de Saúde pretende “dobrar o total de postos de vacinação dos atuais 5,2 mil [nas unidades básicas de saúde predominantemente] para até 10 mil. A estimativa é de que a vacinação envolva cerca de 79 mil profissionais, com 54 mil trabalhadores do setor da saúde e 25 mil agentes de segurança pública para evitar aglomerações nos locais de imunização”.

Em Campinas, considerando uma população alvo de idosos (as) de aproximadamente 140 mil pessoas, em média, caberia a cada Centro de Saúde e a mais postos descentralizados na região, digamos 100 unidades no total, 1400 pessoas para cada um. Segundo nota técnica do **Conselho de Secretários Municipais do Estado de São Paulo uma equipe de 10 pessoas** consegue fazer 30 aplicações/hora ou 168 por dia. **Ainda que, reduzindo-se o pessoal à metade, seria possível a aplicação de 80 vacinas/por dia, de tal modo a cumprir a meta em tempo hábil.**



Lembramos que, na campanha contra gripe 53 mil doses foram aplicadas no primeiro dia, nos 66 centros de saúde, 800 por dia em média em cada uma delas. Mesmo em outras campanhas a média é de 5 mil doses aplicadas ao dia, suficientes para cobrir o tempo previsto para atingir toda a população de idosos (as) e de trabalhadores (as).

Sabemos também que **o valor do passe de ônibus em Campinas é um dos mais caros do Brasil** e que **não há gratuidade para idosos entre 60 e 64 anos. Os mais velhos**, por sua vez, dada a fragilidade principalmente dos (as) idosos (as) mais pobres, na grande maioria, **precisarão de acompanhantes**, aumentando gastos para uma população “onde cada migalha conta”. Não se pode esquecer que, diante do tamanho da cidade e que para se atingir tais serviços centralizados, uma grande parte deles, se não a maioria, **deverá tomar mais de um ônibus, aumentando os custos, as**

dificuldades, os riscos de contaminação e de disseminação da doença.

A Secretaria traz mais um elemento a dificultar a vacinação: a necessidade de **agendamento prévio** (não estamos falando do cadastramento, que pode ser feito tanto previamente quanto no próprio dia da vacinação).

O Ministério da Saúde, o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) e o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS) divulgaram em 13 de janeiro nota onde afirmam que o acesso a vacinas por meio do Sistema Único de Saúde (SUS) não está condicionado a cadastramento em aplicativo ou plataforma. O direito decorre da gratuidade e universalidade do SUS. Portanto, além de burocratizar aquilo que deveria ser facilitado ao máximo, tal medida contraria tal norma. **Se não se pode exigir cadastramento, menos ainda agendamento.**

Assim, protestamos veemente contra tais medidas e **recomendamos:**

- Utilização dos Centros de Saúde de Campinas, como sempre foi feito como postos de vacinação também para a Covid 19;
- Aumento do número de postos de vacinação com a criação de postos volantes, facilitando ainda mais o acesso da população alvo;
- Vacinação dos (as) idosos (as) mais frágeis e com dificuldade de vacinação nos domicílios;
- Vacinação nos automóveis para os idosos frágeis que possam assim se deslocar;
- Garantir a logística de segurança, responsabilizando a Secretaria responsável em parceria com a polícia militar;
- Uma grande campanha de massa explicando a necessidade da vacinação, sobre a segurança das vacinas, sobre a sua efetividade, entre outros elementos;
- Contratações emergenciais para a rede básica, considerando a situação de calamidade na qual nos encontramos
- Parcerias com escolas que fazem estágios na nossa rede, ampliando a capacidade de aplicação de vacinas;
- Suspensão da exigência de agendamento para se vacinar.